

Divino Salvador, com finalidade de oferecer melhor assistência aos usuários do SUS e manter o percentual de atendimento aos usuários do SUS em 60%. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2021010795, Fonte dos Recursos: 0623, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2022NE006393, de 11/02/2022, constante no processo SCC 25/2022. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2022, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 11 de fevereiro de 2022. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Sonia Estela Agostini, pelo Instituto. Iz/sc

A Secretária de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2022TR000140.

CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Sociedade Mãe da Divina Providência, mantenedora do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, com sede no Município de Lages. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços hospitalares com a finalidade de oferecer melhor assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e manter o percentual de atendimento aos usuários do SUS em 65%. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2021010895, Fonte dos Recursos: 0623, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2022NE006515, de 15/02/2022, constante no processo SCC 25442/2021. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2022, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 15 de fevereiro de 2022. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Ronny Albert Westphal, pela Sociedade. Iz/sc

Cod. Mat.: 802438

Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

PORTARIA Nº 025/CSSPPO de 16.02.2022

O DIRETOR-GERAL DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PERÍCIA OFICIAL, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria nº 001/SSP de 05.01.2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.684 de 06.01.2022 e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve **DESIGNAR** o servidor Sr. **CARLOS EUGÊNIO ÁVILA DE ARRUDA JÚNIOR** – matrícula 392422-0, como fiscal e o servidor Sr. **ROMUALDO PIRES ZYTKUEWISZ JÚNIOR** – matrícula 927432-0, como seu suplente, para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº 001/2022/SSP, (Processo SGP-e SSP 253/2022), oriundo do Pregão Eletrônico nº 040/SEA/2021. **VANDERLEI VANDERLINO VIDAL**
Diretor-Geral
Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial
Cod. Mat.: 802415

Polícia Militar

PORTARIA Nº 68/PMSC de 15/02/2022.

DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº 333/07 e LC 767/2020 e com Decreto-Lei 1274/2021, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **Euclides Costa Filho**, Cabo PM RR Mat. 910400-3 a contar 17/02/2022.

MARCELO PONTES

Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 802252

PORTARIA Nº 69/PMSC de 15/02/2022.

DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº 333/07 e LC 767/2020 e com Decreto-Lei 1274/2021, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no

Estado – **Gilson Antonio Rech**, 3º Sargento PM RR Mat. 922198-0 a contar 17/02/2022.

MARCELO PONTES

Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 802253

PORTARIA Nº 70/PMSC de 16/02/2022.

DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso II, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 16, inciso II, do Decreto nº 333 de 31 de maio de 2007, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública – **CTISP, Marta Regina Damo**, Sargento PM RR Mat 923127-0, a contar do dia 16/02/2022.

MARCELO PONTES

Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 802256

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL

Processo nº 21100-2017-48693 de Fábio Júnior Borges - CPF 071.328.669-58, ATIVIDADE: "Danificar uma área de 180 m² (cento e oitenta metros quadrados) de vegetação nativa secundária em estagio inicial de regeneração em área considerada de preservação permanente (margem de curso d'água) do Bioma Mata Atlântica, objeto especial de preservação, sem autorização dos órgãos ambientais competentes". **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu: APLICAR a penalidade de multa simples no valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), constante do Auto de Infração nº 47477-A; Homologar o Termo de Embargo nº 38262-A e Sanção Administrada de Embargo; Aplicar a Sanção Administrativa de Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental, mediante a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD.

Florianópolis-SC, 04 de outubro de 2021.

1º Tenente PM Carlos Eduardo Rosa
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Cod. Mat.: 802275

EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO

Processo nº 21700.2017.45211. Interessado (a): Waldenir Sardá, CPF: 289.035.449-00. **Auto de infração Ambiental:** 45538-A. Considerando o Recurso apresentado e protocolado, contudo, não preenche um dos requisitos de admissibilidade a tempestividade. Desta forma, não reconheço o recurso, não dou efeito suspensivo quanto ao pagamento de penalidade de multa.

Palhoça-SC, 09 de julho de 2021.

Capitão PM Fernando Magoga Conde
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Cod. Mat.: 802413

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Comodato nº PMSC48638/2021. **PARTICIPES:** Evandro Fonseca do Carmo e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC. **OBJETO:** O Comodante cederá à PMSC, sem ônus para o Estado, estando livre de qualquer embargo, espaço em terreno de sua propriedade, localizado na Praia do Pinho, lado Oeste s/n (Pedra da Lela), município de Balneário Camboriú/SC, permitindo a utilização de torre de telecomunicação, bem como espaço físico em solo junto a estas, para instalação de equipamentos de radiocomunicação digital TETRA, no escopo do Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2017, firmado entre a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria de Estado da Segurança Pública. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 60 meses, a contar da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 17 de fevereiro de 2022. **SIGNATÁRIOS:** Evandro Fonseca do Carmo, Comodante, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.
Cod. Mat.: 802441

Processo Administrativo (PA) nº 09/DALF-CT/2017
SGP-e PMSC 23407/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.053, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e em observância ao processo administrativo instaurado em desfavor da empresa WL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA,

CNPJ 11.924.928/0001-89, relativo à participação do Processo Licitatório do Pregão Presencial nº 119/PMSC/2017, após apreciação dos documentos e pareceres juntados aos autos, resolve: 1. Acolher parcialmente as alegações da processada no que se refere a falta de cláusula impeditiva no edital do certame, bem como inexistiu processamento judicial próprio que versasse sobre a desconsideração da personalidade jurídica, entretanto é inegável o fato que a empresa possui em seu quadro societário, mesmos sócios da empresa White Lake Equipamentos Profissionais LTDA; 2. Anuir, em partes, com as alegações pontuadas pela Assessoria Jurídica da PMSC nesta Diretoria, em parecer de lavra do Advogado Leonardo Gianotti de Nonohay, visto que não restou evidenciado o necessário abuso de forma para fraudar; 3. Acolher a conclusão apontada pelo encarregado no relatório do processo administrativo e aplicar a sanção de **ADVERTÊNCIA**, amparado pelo art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, à empresa **WL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 11.924.928/0001-89**; 4. Cientificar-se a contratada desta decisão administrativa, concedendo a esta o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/1993; 5. Publicar no Diário Oficial do Estado (DOE) e Boletim Eletrônico PMSC; 6. À Seção PAIC para a inclusão da penalidade no Cadastro de Penalidades do Estado (CADPEN) da empresa WL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 11.924.928/0001-89; 7. Por fim, os autos que ainda tramitam fisicamente, devem ser arquivados, assim como os autos digitais.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2022

ANDRÉ CARTAXO ESMERALDO

Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças

Cod. Mat.: 802444

Processo Administrativo (PA) nº 001/DALF-CT/2018
SGP-e: PMSC 10477/2018

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.053, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e em observância ao processo administrativo instaurado em desfavor da empresa TRACTION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ 73.710.394/0001-45, relativo à participação do Processo Licitatório do Pregão Presencial nº 076/PMSC/2018, após apreciação de documentos, relatórios e pareceres juntados aos autos, resolve:

1. Não acolher as alegações da empresa processada, visto que não comprovou direta nem indiretamente a autenticidade do atestado de capacidade técnica apresentado no certame;
2. Anuir com a conclusão do encarregado no relatório do processo administrativo, haja vista ter ocorrido a infração prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520 de 2002, ficando a empresa ré sujeita as sanções previstas na norma legal;
3. Aplicar a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, pelo prazo de 2 (dois) anos**, conforme Cláusula 17.2, inciso III, alínea "f", do edital do certame; amparado pelo Art. 7º da lei federal 10.520/2002, bem como pelo inciso III do art. 87 da lei federal nº 8.666/1993, à empresa **TRACTION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ 73.710.394/0001-45**;
4. À Seção PAIC/DALF para:
 - 4.1 Publicar no Diário Oficial do Estado (DOE) e Boletim Eletrônico PMSC;
 - 4.2 Cientificar a contratada desta decisão administrativa, concedendo a esta o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, letra "e" da Lei nº 8.666/1993;
 - 4.3 Incluir a penalidade no Cadastro de Penalidades do Estado (CADPEN) da empresa TRACTION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ 73.710.394/0001-45;
 - 4.4 Oficiar a Controladoria-Geral do Estado – CGE/SC – para a inclusão da empresa TRACTION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ 73.710.394/0001-45, no CEIS;
 - 4.5 Por fim, os autos que ainda tramitam fisicamente, devem ser arquivados, assim como os autos digitais.

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2022

André Cartaxo Esmeraldo

Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças

Cod. Mat.: 802455